

INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO E EMPODERAMENTO CULTURAL

Lucas Graeff

Professor da Universidade La Salle. Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Université René Descartes (Paris V, Sorbonne) e bolsista de produtividade do CNPq (Nível 2). Este texto contou com o apoio das agências FAPERGS e CNPq. Email: lucasgraeff@gmail.com

Sumário

1. Palavras de abertura; 2. Sobre empoderamento cultural; 3. A interpretação do Patrimônio; 4. Quem se importa com o Patrimônio? 5. Se você construir, eles virão?; 6. Como promover empoderamento cultural, afinal?; 7. Notas; Referências

1. PALAVRAS DE ABERTURA

Eu fui convidado a falar sobre Interpretação do Patrimônio e Empoderamento Cultural, dois conceitos sobre os quais, até esta palestra, eu não havia publicado nenhuma reflexão ou posicionamento. Meu primeiro trabalho desde o convite foi, por essa razão, o de buscar definições de cada um deles para, então, aproximá-los de minhas publicações anteriores.

Esse processo foi muito rico. Eu simplesmente adoro ser convidado para uma fala sobre um tema relativamente novo para mim - desde que, é claro, ele se inclua no meu domínio de especialização, que é o da Antropologia como ciência geral de compreensão da condição humana.

Como antropólogo, meu trabalho consiste em compreender como as pessoas agem no mundo social e por que elas tomam determinadas posições e assumem certos papéis ao longo de suas vidas. Eu me preocupo em ouvir suas próprias interpretações sobre o que fazem e quem são, assim como interesse-me por tudo o que não conseguem interpretar. E, ainda, tenho uma curiosidade enorme pelos seus processos de mudança. Na minha experiência, é muito mais desafiador compreender por que as pessoas permanecem as mesmas ao longo do tempo do que o contrário. Ao meu ver, a vida não é um rio contínuo com pequenos percalços e eventuais encruzilhadas, mas uma constelação de formações, reflexões e

decisões que, retrospectivamente, sequenciamos inteligentemente por meio de narrativas. Ou, dito de maneira mais simples, a vida é descontínua. É uma constelação de instantes e de formas que nós, por meio de nosso aparato cognitivo, tendemos a conjurar em um todo ou em uma sequência *aparentemente* consistente.

2. SOBRE EMPODERAMENTO CULTURAL

Mas eu não vim aqui hoje para falar de mim ou de metafísica. Estou aqui para discutir Interpretação do Patrimônio e Empoderamento Cultural. E farei isso iniciando pelo segundo conceito, empoderamento cultural, que me era mais estrangeiro quando comecei a preparar esta palestra. Em que consiste Empoderamento Cultural? Em uma linha, é o processo pelo qual as pessoas e grupos de pessoas ganham controle sobre aspectos culturais que governam suas vidas. Essa definição é uma apropriação que faço de alguns textos que li sobre empoderamento, em particular um artigo publicado na *Journal of Advanced Nursing* em 1991, de autoria de Cheryl Gibson. Esse artigo de Gibson (1991), aliás, chamou-me a atenção para um fato elementar do conceito de empoderamento: ele surge nos EUA no campo da atenção às pessoas, do Serviço Social e da Enfermagem, nos idos dos anos 1950 e 1960.

Uma surpresa para mim. Não sei se o é para vocês. Mas, o que me pareceu ainda mais surpreendente: vários artigos internacionais sobre empoderamento reivindicam o livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1968) como pedra fundamental do que veio a ser o conceito de empoderamento. É interessante notar o ano da publicação: *Pedagogia do Oprimido* foi publicado em 1968, ainda que a atuação de Paulo Freire já fosse internacionalmente conhecido desde finais dos anos 1950. Porém, o que me parece mais fundamental - e, neste ponto, a hipótese é minha - a abordagem de Paulo Freire dialoga diretamente com o pragmatismo de Anísio Teixeira, o que significa dizer John Dewey, grande educador americano que inspira, por seu turno, o campo da atenção às pessoas nos EUA.

Ao que me parece, o conceito de empoderamento circula entre o pragmatismo e a educação crítica de Paulo Freire ao colocar o sujeito no centro da transformação social. Uma transformação que não vem de fora, mas é construída pragmaticamente por meio da de problemas e desafios colocados por experiências vividas em primeira pessoa e imbricada em relações sociais - e, por consequência, culturais. Em Dewey, aliás, a experiência é uma base cultural comum. Ele inspira-se nos estudos de Franz Boas - outro nome bastante familiar para o pensamento social brasileiro, em particular para a trajetória intelectual de Gilberto Freyre e para a famosa metáfora do caldeirão de culturas - e inscreve a experiência em primeira pessoa nas experiências coletivas, vividas em comunidade. Portanto, o sujeito no centro da transformação social é um sujeito que se transforma a si mesmo criticamente e, ao fazê-lo, contribui para transformar a sua comunidade.

É disto que se trata empoderamento cultural: um processo de transformação pessoal gerador de domínio sobre a experiência pessoal que, por sua vez, repercute nas experiências culturais. Esse processo é crítico porque ele produz rupturas. Não se trata de incorporar as experiências externas nem, tampouco, de exportar as experiências pessoais para a comunidade. Não estou falando aqui de proselitismo ou de promoção de uma cultura hege-

mônica, nem, tampouco, de culturalismo e defesa de culturas auto-contidas. Trata-se, sim, de um enfrentamento da experiência de vida; uma experiência vivida em primeira pessoa, mas devedora de experiências coletivas. Falo, sim, de uma retomada das rédeas da própria existência por meio de bases culturais compartilhadas e que merecem uma atenção fina, seja para serem celebradas, destronadas, assumidas como próprias ou como alheias; seja, enfim, para protegê-las ou para destruí-las.

3. A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Neste ponto, vale a pena introduzirmos o conceito de interpretação. Vocês perceberão rapidamente como ele dialoga com essa retomada de rédeas e com essa focalização da atenção. No campo do patrimônio, o conceito de interpretação é tradicionalmente atribuído ao jornalista Freeman Tilden, que escreveu em 1957 o livro “Interpreting our heritage”, voltado para a visitação de parques naturais e lugares históricos nos EUA. Nesse período, há uma crítica acadêmica e política no campo da cultura quanto à hipótese de que a experiência estética é algo natural, isto é, que bastaria a um indivíduo contemplar o belo das artes plásticas ou o sublime da natureza para transformar-se religar-se transcendentalmente com o sagrado. A interpretação assume essa crítica, postulando que não basta contemplar para experimentar o belo, o sublime, o sagrado ou o religioso. É preciso uma mediação que coloque em ação as emoções e revele sentidos ocultos à primeira intuição primeira.

Em Tilden (1957, p. 8), a definição de interpretação é “a revelação de uma verdade maior atrás de qualquer afirmação ou fato¹. Para autor, interpretação “deve capitalizar a simples curiosidade com vistas ao enriquecimento da consciência e do espírito humanos.” (ibidem)². Traduzindo para o contexto brasileiro e simplificando um bocado, eu diria que a interpretação é uma modalidade de mediação cultural que tem por objeto o patrimônio cultural e natural. Face à definição de Tilden, seria necessário, porém, distinguir a mediação e a interpretação pela ideia de *revelação*. Percebam: tanto o intérprete quanto o mediador capitalizam a curiosidade do indivíduo e buscam informá-lo de sentidos que não são evidentes ao primeiro contato. Em ambos os casos, ainda, convoca-se a experiência e as emoções. Mas, no caso da interpretação, a ênfase na revelação indica uma realidade ulterior, uma relação com o sagrado que seria o vetor principal do enriquecimento da experiência - ou, como escreve Tilden, da consciência e do espírito. Porque não se trata de *aproximar* o indivíduo dos sentidos do patrimônio, mas de revelar uma conexão profunda que está lá, mas oculta-se pelo distanciamento, pelo desinteresse ou pelo *blasé* da vida cidadina, como diria Georg Simmel.

Em seu livro, Tilden (1977) elenca seis princípios para a interpretação que são fundamentais para tecermos as relações entre Patrimônio e Empoderamento. São eles:

1) Toda interpretação que não estabeleça relações entre o que está sendo mostrado ou descrito e algo que é próprio da personalidade ou da experiência do visitante será estéril;

2) Informação, em si, não é interpretação. Interpretação é revelação baseada na informação. Mas se tratam de duas coisas inteiramente diferentes. Ainda assim, toda interpretação envolve informação.

3) Interpretação é uma arte que combina várias artes, mesmo quando os materiais apresentados são de caráter científico, histórico ou arquitetônico. Toda arte é, em algum grau, ensinável.

4) O objetivo principal da interpretação não é instrução, mas provocação.

5) Interpretação deve visar à apresentação do todo, não de partes, e deve se endereçar ao homem como um todo ao invés de a uma de suas fases.

6) Interpretação endereçada para crianças (isto é, até anos de idade) não deve ser uma diluição do que é apresentado para adultos, mas deve seguir uma abordagem diferente. Em sua melhor forma, deve apresentar-se como um programa próprio.³

Como se pode perceber, a interpretação trabalha com todos os sentidos e todos os grupos humanos. Seu ponto diferencial em relação à informação é a provocação. E, sobretudo, pauta-se pelas características singulares de cada visitante. Em uma frase, *se a informação in-forma, a interpretação trans-forma*. Cruzando essa frase com a definição de empoderamento cultural que acabo de enunciar, a interpretação do patrimônio cultural é empoderadora porque, ao transformar o visitante, faz com que ele ou ela ganhe controle sobre os aspectos culturais que conformam a sua existência no mundo.

4. QUEM SE IMPORTA COM O PATRIMÔNIO?

As palavras iniciais que acabo de lançar são encorajadoras. Tudo leva a crer que, pela interpretação do Patrimônio Cultural, podemos empoderar as pessoas. Mas a pergunta que deve ser feita agora é: como? Basta trazer crianças, jovens, adultos e idosos para uma sessão de interpretação de um patrimônio para lhes provocar transfigurações e transmutações culturais? Se esse é o caso, quantas sessões são necessárias, uma ou várias? Se forem várias, é o mesmo número para cada pessoa? Ou, ainda, dependerá de cada uma, isto é, de suas experiências singulares ou, talvez, do controle que elas já dispõem de seus aspectos culturais?

Todas essas questões são, de certo modo, retóricas. De certo modo porque, se ousássemos delinear procedimentos metodológicos para medir a eficácia da interpretação cultural, certamente seríamos capazes de oferecer respostas a elas. Porém, não necessariamente essas respostas resolveriam o problema que, para mim, é fundamental para o campo do Patrimônio: por que é preciso se apropriar de determinados aspectos culturais? Ou, dito mais simplesmente: por que (ou para quem) os patrimônios culturais importam?

Vocês que estão aqui, neste belíssimo auditório, acreditam no Patrimônio Cultural. Vocês devem dar crédito aos bens simbólicos ou culturais que são eleitos como representantes de um determinado grupo humano porque, diz-se, carregam em si aspectos ou valores culturais desse grupo. Mas, é claro, nem todo mundo se importa com Patrimônio Cultural. Aliás, a maioria das vezes vocês devem pensar que as pessoas em geral não dão mínima importância para lugares históricos ou expressões culturais da sua cidade, de seu estado ou de sua nação - e que isso é um verdadeiro problema de cidadania. Então, afinal de contas, por que há patrimônios culturais? Para que servem? E quem se importa?

Essa questão fundamental do Patrimônio Cultural tem respostas várias por aí. Tomemos por exemplo autores como Françoise Choay e Richard Handler, que argumentarão no sentido das relações de interdependência entre patrimônios e estados nacionais. Não é pouca coisa dizer que, nas nações modernas, a “exemplaridade” dos monumentos e das antiguidades se impõe como uma “construção icônica e textual” (Choay, 2001), que irá permitir a construção de um tempo histórico e de uma identidade capaz de ser enriquecida de modo

progressivo. Vejam: neste caso, não se trata de empoderamento cultural, mas de fortalecimento do Estado. Nem autogoverno individual, nem autonomia subjetiva, mas dominação simbólica no sentido mais tradicional do termo.

Outro padrão de resposta envolve os valores, os sentimentos e as representações. Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) tem um artigo incontornável a esse respeito. Nesse texto, Ulpiano contrasta a experiência de uma idosa e de um grupo de turistas em uma catedral e argumenta a favor de uma ética do discurso em um campo do patrimônio eminentemente político: não se trata de definir princípios axiomáticos para a conservação e celebração de bens culturais, mas de operar discursivamente na negociação de valores, sentimentos e representações. Assim, *quem se importa* com o Patrimônio Cultural são as pessoas e instituições que o elegem como significativo face a outros temas societais. Por extensão, os patrimônios *servem* para dar sentido à existência social dos agentes do campo do Patrimônio; e, por fim, quem se importa com eles são os próprios agentes, que operam discursivamente para a manutenção de seu campo, de seu aquário existencial.

Face a esses dois padrões de resposta, confesso que a tautologia do segundo me gera incômodos. Não consigo pacificar o meu desejo de compreender as razões do Patrimônio Cultural por meio de uma profecia auto-realizadora: os patrimônios existem porque as pessoas creem na existência dos patrimônios. Se promovermos a crença no Patrimônio Cultural, os patrimônios mundo afora estarão sãos e salvos. Não, para mim essa ideia é insuficiente.

No que se refere ao primeiro padrão, compreender a emergência dos Patrimônios Culturais em sua relação com os Estados Nacionais parece-me esclarecedor. Eu consigo perceber essa relação e, sobretudo, as fontes históricas e a historiografia a confirmam sistematicamente. Mas, ainda assim, a questão fundamental parece-me sem solução: por que o Patrimônio Cultural serviu a esse projeto moderno de constituição de sociedades democráticas fundadas em valores comuns, compartilhados e celebrados por meio de monumentos e práticas sistemáticas de inculcação do tempo histórico e de uma noção de identidade acumulativa? E por que, apesar das dúvidas que nutrimos sobre a sua generalidade e influência, o Patrimônio Cultural segue servindo ainda hoje para dar sentido existencial a vida de pessoas, grupos e instituições - ou, melhor, para empoderá-las culturalmente?

5. SE VOCÊ CONSTRUIR, ELES VIRÃO?

Em 1989, o ator americano Kevin Costner protagonizou o filme “Campo dos Sonhos”. Trata-se de uma adaptação do romance “Shoeless Joe”, do autor canadense William Patrick Kinsella. No filme, Costner encarna Ray Kinsella, um homem que tem uma fazenda em Iowa, nos EUA, onde ele mora com sua esposa e filha. Um dia, sozinho em sua plantação de milho, Ray escuta uma voz sussurrando no vento: “se construir, ele virá” (“If you build it, he will come”). A partir desse chamado e de algumas outras alucinações e lembranças, o homem constrói um campo de baseball que, na metade final do filme, receberá craques desse esporte vindos do passado - entre eles o famoso Joe “Shoeless”, jogador excepcional cuja carreira foi interrompida no auge por um caso de suborno.

Eu costumo usar essa frase no plural, “se construir, eles virão”, para tratar da crença

que muitos empreendedores têm em seus negócios, que políticos tem em suas obras sociais e culturais, que líderes comunitários ou individuais tem em suas empreitadas de criação de equipamentos culturais diversos, ou, ainda, que artistas e criadores tem em suas produções culturais. Se a ideia for boa, as pessoas virão. Porque há uma crença que as características intrínsecas de um bem são capazes, por si só, de criar a sua própria demanda.

Ora, o mesmo ocorre não somente no caso de criação, conservação, proteção e celebração de Patrimônios Culturais, mas no caso que estamos tratando aqui, que vincula interpretação do Patrimônio e Empoderamento cultural. Para ficar claro: não há propriedades intrínsecas, suficientes ou necessárias que garantam a eficácia do empoderamento cultural por meio da interpretação do patrimônio. Isso significa dizer que, por mais que criemos metodologias próprias para a interpretação, não há como produzir respostas sérias e duradouras para perguntas como “qual a forma ideal de provocar transfigurações e transmutações culturais em crianças, jovens, adultos e idosos?” ou “quantas sessões de interpretação do patrimônio são necessárias para transformar as pessoas?”

Vejam bem: transformar e empoderar culturalmente as pessoas é uma decisão moral. As decisões morais podem ser enquadradas, mas dependem em grande parte, senão substancialmente das experiências existenciais de cada uma dessas pessoas. Ora, ainda que experiências existenciais sejam mapeáveis por meio de entrevistas ou questionários, elas não se reduzem a essas técnicas de coleta e interpretação. O mesmo vale na busca por algo que seria “próprio da personalidade ou da experiência do visitante”, como escreve Tilden (1977) em seu primeiro princípio de interpretação. É por isso, aliás, que ele descreve a interpretação como uma arte: trata-se de algo aproximativo, relacional, negociado - e que depende de todos os sentidos, todas as emoções humanas.

6. COMO PROMOVER EMPODERAMENTO CULTURAL, AFINAL?

Para finalizar, faço um breve comentário sobre um belíssimo livro que resenhei recentemente, intitulado *À quoi servent les politiques de mémoire?*. Suas autoras chamam-se Sarah Gensburger e Sandrine Lefranc (2017). Estou pensando em realizar uma tradução desta obra, que busca responder para que servem as políticas da memória. O argumento central das autoras é que:

a memória e suas lições não são recebidas sem filtro ou interferências (...). Na escola, no museu, nas comissões de verdade, no tribunal e, também, na televisão e no espaço público da comemoração - ou, ainda, confrontadas ao turismo de memória - os indivíduos são [certamente] cidadãos ou futuros cidadãos. [...]. Mas eles são também filhos e filhas, pais e mães, camaradas, colegas, pares, vizinhos [...]. Tais posições sociais múltiplas são os filtros através dos quais as lições transmitidas ganham sentido. O mesmo vale para [as lições d]o passado. (p.111, tradução minha).

Ou seja: não basta apenas surpreender, emocionar ou revelar a verdade que portam os patrimônios culturais para empoderar as pessoas. O processo pelo qual as pessoas ganham controle sobre seus aspectos culturais passa - também e, talvez, sobretudo - pelas posições sociais múltiplas que assumem sucessivamente ao longo de suas vidas.

Portanto, não basta construir para que as pessoas venham. Não basta investir em propostas de interpretação cultural repousando nas propriedades intrínsecas do bem ou do

patrimônio cultural. Para nos empoderarmos culturalmente, é preciso agir no tecido social. A cultura deve ser percebida em tudo - e não como um dos segmentos da vida social a ser regido por políticas públicas. Para nos empoderarmos, enfim, ajamos como Paulo Freire e façamos do Patrimônio uma experiência vivida em primeira pessoa e imbricada no tecido de nossas relações sociais.

E, para dar fortaleza a essa visão, finalizo com uma frase que adoro e que atribuo ao amigo Jéferson Assunção (2011), ex-secretário de cultura de Canoas e ex-secretário-adjunto de cultura do Estado. Eis o que ele nos diz: "Educação sem cultura é ensino, saúde sem cultura é remediação, desenvolvimento social sem cultura é assistencialismo, segurança sem cultura é repressão."

7. NOTAS

1. No original, "Interpretation is the revelation of a larger truth that lies behind any statement of fact."

2. No original, "Interpretation should capitalize mere curiosity for the enrichment of the human mind and spirit."

3. No original:

I. Any interpretation that does not somehow relate what is being displayed or described to something within the personality or experience of the visitor will be sterile.

II. Information, as such, is not Interpretation. Interpretation is revelation based upon information. But they are entirely different things. However, all interpretation includes information.

III. Interpretation is an art, which combines many arts, whether the materials presented are scientific, historical or architectural. Any art is in some degree teachable.

IV. The chief aim of Interpretation is not instruction, but provocation.

V. Interpretation should aim to present a whole rather than a part, and must address itself to the whole man rather than any phase.

VI. Interpretation addressed to children (say, up to the age of twelve) should not be a dilution of the presentation to adults, but should follow a fundamentally different approach. To be at its best it will require a separate program."

REFERÊNCIAS

ASSUMÇÃO, Jéferson. Uma visão sistêmica de cultura para o RS. **Agência de Notícias do Estado do Rio Grande do Sul**, 18/09/2011. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/artigo-uma-visao-sistematica-de-cultura-para-o-rs-por-jeferson-assumcao>>

GIBSON, Cheryl H. A concept analysis of empowerment. **Journal of Advanced Nursing**, v. 16, n. 3, p. 354–361, 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

GENSBURGER, Sarah; LEFRANC, Sandrine. **À quoi servent les politiques de mémoire?** Paris:

SciencesPo Les Presses, 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. **Anais...** . Ouro Preto, 2009.

TILDEN, Freeman. **Interpreting Our Heritage**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1957.